

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.287.373 - MG  
(2018/0102484-1)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**  
**PROCURADOR : PAULO ANTÔNIO GRAHL MONTEIRO DE CASTRO E**  
**OUTRO(S) - MG112737**  
**AGRAVADO : SO RISCO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO DO FEITO EXECUTIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS, PELA MESMA PARTE, CONTRA O MESMO ACÓRDÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA E VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE.

I - O presente feito decorre de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da execução fiscal, indeferiu o pedido de inclusão do sócio, uma vez que já passaram mais de 5 anos da citação da empresa executada, de forma que a execução se encontra prescrita em relação ao referido sócio. No Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a decisão objeto do agravo foi mantida.

II - No caso de interposição de dois recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão, apenas o primeiro poderá ser submetido à análise, em face da preclusão consumativa e do princípio da unicidade recursal, que proíbe a interposição simultânea de mais de um recurso contra a mesma decisão judicial. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.064.235/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 8/6/2017, DJe 14/6/2017; EDcl no AgInt no AREsp n. 1.037.203/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 30/6/2017.

III - Agravo interno não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

